

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E
DA JUVENTUDE DA COMARCA DE IBIRITÉ**

**6 de novembro de 2009 – 15 horas – Auditório da
Secretaria Municipal de Educação – Rua Arthur
Campos, 906**

Melhorar a estrutura de atendimento nas comarcas – esse foi o grande desafio anunciado logo no início desta gestão. E a atual administração vem empreendendo esforços para o aprimoramento da Primeira Instância.

A instalação hoje da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ibirité representa mais um passo nesse sentido. Ao todo, já foram instaladas dezoito varas judiciais neste mandato.

As necessidades são muitas em função do volume crescente da demanda. No entanto, a realidade orçamentária exige contenção. Para o administrador público, não há outra saída: é preciso fazer o melhor possível, embora o sonho de realizar seja sempre maior que as possibilidades.

O Judiciário de Minas, como um todo, tem grandes dimensões: são 295 comarcas, 120 desembargadores, 871 Juízes e mais de 20 mil servidores, incluindo efetivos e terceirizados, para uma população de cerca de 20 milhões de habitantes em todo o Estado. A proporção é de 23 mil habitantes para cada juiz.

A dimensão territorial também chama a atenção, com índices de desenvolvimento diversificados. Estão, em andamento, segundo as estatísticas de agosto de 2009, mais de 92 mil processos na 2ª Instância; quase 3 milhões e 300 mil, na 1ª Instância; e mais de 693 mil ações, nos Juizados Especiais.

Importante destacar que, na 2ª Instância, Minas apresenta resultados significativos. No último mês de setembro, 52% dos recursos foram julgados em até 90 dias; 30,61%, em até 180 dias e apenas 17,68% foram decididos em um prazo superior a seis meses. Já há alguns anos, os processos originários chegam às mãos dos desembargadores em 24 horas e os recursos são distribuídos em 48 horas úteis, no Tribunal de Minas.

Esses dados justificam a opção pelo investimento na Primeira Instância, uma vez que a Segunda Instância se encontra, relativamente, bem aparelhada, conforme mostram os resultados.

Várias reformas estão sendo feitas em diferentes fóruns do interior. Onze novos prédios se encontram em construção ou em processo de licitação para o início das obras.

Há alguns anos, o Judiciário de Minas vem adotando modernas técnicas de gestão, com planejamento, estabelecimento de objetivos e metas a serem cumpridas.

Todas as ações estão pautadas nos três grandes objetivos institucionais de agilizar a prestação jurisdicional, otimizar a gestão administrativa e econômico-financeira e fomentar ações e projetos de responsabilidade socioambiental.

Existem ações reconhecidas de responsabilidade social:

- os Juizados de Conciliação são informais, gratuitos e buscam o acordo nas próprias comunidades, por meio de atuação de voluntários. O objetivo é evitar novas ações na Justiça e apaziguar as pessoas;

- o Projeto Novos Rumos na Execução Penal busca a disseminação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), como forma de humanizar o cumprimento da pena e promover a reinserção social dos egressos;

- o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ) rompe com a antiga cultura de execução penal. Promove o acesso dos loucos infratores ao tratamento na rede pública, substituindo o velho modelo manicomial.

O Tribunal de Justiça, através de sua Escola Judicial, acaba de lançar o Programa Atitude Legal, visando difundir uma política de excelência no atendimento. A campanha chama a atenção para o fato de que os bons relacionamentos são uma via de mão dupla. Por isso, é fundamental a cordialidade do usuário, bem como o empenho do servidor, para o bom funcionamento da Justiça.

Como se pode perceber, é latente o esforço de Minas visando ao aperfeiçoamento institucional, mesmo diante de todas as dificuldades, incluindo as de cunho orçamentário.

Por tudo isso, hoje é um dia importante para o Tribunal de Justiça, para a Equipe da Comarca de Ibirité, Operadores do Direito e, especialmente, para esta Comunidade.

Escolher entre uma ou outra Comarca a ser atendida, exige atenção às questões emergenciais, pois as necessidades são amplas.

Ibirité possui uma grande movimentação processual. Mensalmente, são distribuídos cerca de mil e quinhentos novos processos na comarca, incluindo os dados dos Juizados Especiais. Existem mais de 14 mil ações em andamento, de acordo com as estatísticas do último mês de agosto.

Neste momento, é importante lembrar a história de Ibirité, com alto índice de crescimento e, conseqüentemente, questões sociais emergentes.

Conta-se que, desde 1810, o lugar era conhecido pelo nome de Vargem ou Várzea do Pantana, em referência a um dos primeiros moradores do lugar, Manoel Galvão Pantana.

Ao ser criado o distrito, em 1890, havia os povoados do Onça, Jatobá e Maravilhas. Criado o município de Betim, em 1938, Vargem da Pantana passou a integrá-lo. Seu primeiro jornal, o Quiteriense, foi criado em 1907. A estação local, da linha do Paraopeba, foi instalada em 1917. Com o desmembramento de Betim, ocorrido em 1962, Ibirité eleva-se à categoria de município. As informações são da Secretaria de Estado da Cultura.

Há dezenove anos, exatamente em 1990, foi instalada a Comarca, integrada pelos municípios de Ibitaré, Mário Campos e Sarzedo, bem como pelos distritos de Durval de Barros e Parque Durval de Barros.

A instalação de mais uma vara judicial vem atender às necessidades de toda a comarca, em que o grande volume de ações demonstra a credibilidade na Justiça. Aqui, as pessoas não abrem mão de fazer valer seus direitos e de exercer sua cidadania.

Todas as iniciativas para o aprimoramento do serviço público estão voltadas para a melhoria da vida da comunidade. Como diz o profeta Isaías, “a paz é fruto da justiça”.

Assim, não há dúvida sobre a importância da atuação dos órgãos da Justiça e de todos os seus profissionais, que possuem a tarefa de pacificação social. Estão envolvidos nessa tarefa magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados, servidores, Policiais Civis e Militares.

Hoje se discute, cada vez mais, a reversão da cultura da litigiosidade. A Justiça do nosso tempo exige habilidade para a conciliação, tanto dos operadores do direito quanto da própria sociedade. O acordo significa autonomia para as próprias partes decidirem, além de maior agilidade, com ganhos para todos os envolvidos, economia de recursos e menor desgaste.

Visando reforçar a cultura da paz social, será realizada, de 7 a 11 de dezembro, a Semana Nacional da Conciliação. A expectativa é da adesão de todos – Judiciário, Ministério Público, Defensoria, OAB e comunidade – como forma de se obter o êxito almejado.

Para concluir, desejo sucesso a toda a Equipe de Ibitaré, liderada pela Diretora do Foro, Juíza Soraya Brasileiro Teixeira. Meus cumprimentos aos Operadores do Direito e representantes do Poder Público e, especialmente, aos Cidadãos desta comarca.

Declaro, oficialmente, instalada a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ibitaré.

Muito obrigado a todos.